

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006226-96.2016.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Sumário - Auxílio-Acidente (Art. 86)**
 Requerente: **Antonio Florencio da Silva**
 Requerido: **Instituto Nacional do Seguro Social Inss**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Milton Coutinho Gordo****Processo nº 1006226-96.2016**

VISTOS.

ANTONIO FLORENCIO DA SILVA ajuizou a presente **ação ACIDENTÁRIA** em face do **INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL - INSS**, todos devidamente qualificados nos autos.

O autor alega na exordial que em 20/02/2015 sofreu um acidente quando retirava um pneu da caminhonete que estava sendo reparada no elevador da sua oficina mecânica. Exercia a profissão de borracheiro como microempresário; o pneu desprende e caiu sobre ele (autor), vindo a trazer danos a sua coluna, ocorrendo fratura de T12 do tipo A2. Recebeu auxílio doença, cessado em 10 de dezembro de 2015. Sustentou que o acidente lhe trouxe redução na capacidade de movimentos e assim, não consegue exercer sua atividade laboral da mesma maneira, o que lhe trouxe uma diminuição de remuneração. Pediu que o réu seja condenado a conceder o benefício acidentário definitivo no percentual de 50%, a partir do termo final do auxílio-doença. A inicial



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

veio instruída por documentos.

Nomeado perito e facultado às partes o oferecimento de quesitos.

Devidamente citado, o requerido apresentou contestação alegando que o fato narrado na inicial não tipifica acidente de trabalho já que o segurado autônomo não tem direito a tal benefício. Requereu a improcedência da demanda.

Sobreveio réplica às fls. 70/77.

Laudo pericial carreado às fls. 108/111.

Foi designada audiência para colheita de prova oral. O ato foi efetivamente realizado as fls. 136/139.

Alegações finais do autor foram trazidas sob a forma remissiva na audiência acima mencionada. O Instituto não apresentou memoriais, tendo em vista não ter comparecido ao referido ato.

É o **RELATÓRIO**.

Decido.

O autor provou que trabalhava como borracheiro autônomo em sua oficina quando um pneu de um carro que estava no elevador caiu sobre seu corpo, fraturando sua coluna, o que lhe trouxe uma diminuição de movimentos e por consequência diminuição também de sua capacidade laborativa e remuneratória.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Argumenta que lhe foi deferido benefício de auxílio doença pelo INSS e que mesmo após a alta médica, concedida indevidamente, continua sem ter condições de trabalhar.

Vem a juízo pleiteando a concessão do “auxílio acidente”, no percentual de 50% do salário do benefício.

A definição de “acidente de trabalho” é trazida pelo artigo 19 da Lei 8.213/91, *in verbis*: “acidente de trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII, do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho” (grifei).

Já o “auxílio acidente”, segundo o art. 18, parágrafo § 1º cc art. 11, I, VI e VII, da Lei 8.231/91 é deferido ao empregado, trabalhador avulso e segurado especial.

O autor é autônomo e não trabalhador avulso definido pelo art. 11, VI da Lei 8.231/91 como aquele que presta a diversas empresas, sem vínculo, serviços de natureza urbana ou rural definidos no regulamento.

Ainda que o autor esteja concretizando recolhimentos mensais, só pode ser enquadrado na categoria de contribuinte individual, não fazendo jus, portanto, aos benefícios de índole acidentária.

A propósito:


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
1ª VARA CÍVEL
R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Acidentária – Acidente típico sofrido por trabalhador autônomo – ausência de previsão legal para a concessão de benefício acidentário – carência da ação (TJSP, 16ª Câm. de Direito Público, Apel. 552.586 – Rel. Des. Luiz de Lorenzi).

E ainda:

Ementa: Auxílio-acidente – Lesões na mão esquerda – Acidente típico – Não comprovação da sua ocorrência – Ônus de prova do autor – Obreiro que era trabalhador autônomo na data em que ocorreu o suposto infortúnio – Reparação infortunistica indevida – Tutela antecipada revogada, com devolução dos valores recebidos – Recurso oficial provido para julgar a ação improcedente (TJSP, Reexame Necessário 4012061-31.2013.8.26.0562, Rel. Afonso Celso da Silva, DJ 21/02/2017).

Imperioso, portanto, reconhecer a improcedência do pleito, porque, como já dito, em sua inicial o autor limita-se a pedir a concessão do benefício correspondente à redução laborativa encontrada em clara pretensão de natureza acidentária, a que não faz jus por ser contribuinte individual.

Aliás, a confusão entre benefícios previdenciários e acidentários é comum, pois afinal eles têm o mesmo nome, embora sejam distintos. Na obra “Acidentes do Trabalho e Doenças Ocupacionais”, Antônio Lopes Monteiro e Roberto Fleury de Souza Bertagni (Editora Saraiva, 4ª edição, p. 22) esclarecem quem são os segurados obrigatórios – da previdência -, mas que não são protegidos pela legislação infortunistica, dentre eles, os empregados domésticos, aos quais se equiparam os motoristas e jardineiros, bem como os autônomos – hoje individuais -, como no caso dos autos.

Nesse sentido:

Ementa: “*PREVIDENCIÁRIO. PROCESSO CIVIL. AUXILIO ACIDENTE. CONTRIBUINTE INDIVIDUAL – ARTIGO 11, INCISO V, DA LEI Nº*



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

1ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

8.213/91. I – *Somente tem direito à percepção do benefício de auxílio acidente de qualquer natureza os segurados arrolados nos incisos I, VI e VII do artigo 11 da Lei nº 8.213/91. II – Considerando que o autor é proprietário de estabelecimento comercial, enquadrando-se na hipótese de contribuinte individual, consoante inciso V do artigo 11 da Lei nº 8.231/91, não faz jus ao benefício postulado. VII – Apelação do autor improvida (TRF3, Décima Turma, Apelação Cível 880810, Relator Desembargador Federal Sérgio Nascimento, DJU em 16.11.2005)*”.

Ementa: “**PREVIDENCIÁRIO. AUXÍLIO-ACIDENTE. SEGURADO EMPRESÁRIO. VEDAÇÃO LEGAL EXPRESSA. IMPOSSIBILIDADE JURÍDICA DO PEDIDO.** 1. *A legislação previdenciária não prestigiou os segurados empresários com a possibilidade de perceberem o benefício de auxílio-acidente. Trata-se de decorrência da aplicação do princípio constitucional previdenciário da seletividade.* 2. *Impossibilidade jurídica do pedido presente. Correta a extinção do processo sem exame do mérito.* 3. *A gratuidade da justiça não afasta a necessidade da fixação dos honorários advocatícios, apenas suspende sua execução.* 4. *Apelação do Autor improvida. Apelação do INSS provida.* (TRF4, Sexta Turma, AC 199904010191909, Relatora Juíza Federal Convocada Eliana Paggiarin Marinho, DJ em 04.10.2000, página 355)”.

Dessa forma, a questão deve ser discutida em termos previdenciários e não acidentários.

Assim, não comprovado que a sequela decorreu de acidente de trabalho, não há como acolher a súplica do autor, ou seja, é de negar a ele qualquer benefício infortunistico restando a concessão de eventual outro benefício a que fizer jus para ser buscado perante a Justiça Federal.

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****1ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Pelo exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** o pleito inicial, condenando o autor nas custas processuais e honorários advocatícios que fixo em R\$ 940,00 e com os honorários do perito, desembolsados pelo INSS. Entretanto, deve ser observado o disposto no artigo 98, parágrafo 3º, do CPC.

Transitada em julgado esta decisão, averbe-se a extinção e arquivem-se os autos de modo definitivo.

Publique-se e intime-se.

São Carlos, 24 de agosto de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**